

O primeiro artigo apresentado, na área de administração, traz uma análise da evolução orçamentária da Força Terrestre na primeira década do século XXI, evidenciando as principais prioridades da Força e destacando o PROFORÇA no processo de transformação do EB.

No segundo artigo, ainda na área de administração, refletindo sobre as mídias organizacionais, o autor analisa o “Cartaz como Arma de Guerra”, na perspectiva da comunicação social.

No terceiro artigo os autores, considerando o Ensino por Competência, realizam um mapeamento do perfil do oficial do Quadro Complementar de Magistério e trazem, em decorrência, uma proposta de implantação de currículo por competências na Escola de Formação Complementar do Exército.

O autor do quarto artigo, focalizando o ensino assistencial, discute estratégias de ensino para o desenvolvimento de competências a serem implementadas no SCMB e apresenta um modelo de aula multimodal para alunos do ensino fundamental.

Boa leitura!

MARCOS SOUTO DE LIMA – Coronel

Comandante da EsFCEX/CMS

A EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO EB NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE SOBRE AS ATIVIDADES DA FORÇA TERRESTRE

1º Ten Al Anderson de Moraes, 1º Ten Al Daryk Barbosa Alves, 1º Ten Al Elder de Souza Trevenzole, 1º Ten Al Érika de Carvalho Lopes Silva, 1º Ten Al Fabíola de Lustosa Lima de Castro, 1º Ten Al Fernanda Souza da Silva, 1º Ten Al Júlia Corrêa Jorge, 1º Ten Al Juliana da Costa Teodolino, 1º Ten Al Liliane Crespo Cavalcanti, 1º Ten Al Lucas do Nascimento Sant’Ana, 1º Ten Al Luiza Diniz e Castro, 1º Ten Al Priscila Elisabeth Dalfovo, 1º Ten Al Rodrigo Rosa dos Santos¹

Resumo. O assunto “orçamento” é de extrema importância para o Exército Brasileiro, pois a entrada na era da informação exige que a Força Terrestre seja uma força concisa, moderna e integrada à sociedade. Assim, em 2008, foi lançada a Estratégia Nacional de Defesa (END/2008), documento que orienta a atuação do Estado em conjunto com a Sociedade, demonstrando que Defesa Nacional se faz em todos os campos sociais: político, econômico, psicológico e, principalmente, científico-tecnológico. O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do orçamento do EB na primeira década do século XXI, perpassando pelo comparativo orçamentário entre Brasil e outras nações, pela aplicação orçamentária nos pelotões especiais de fronteira (PEF) e pelo PROFORÇA como processo de transformação do EB. A metodologia utilizada neste estudo consolida-se na pesquisa descritiva e comparativa, por meio da revisão bibliográfica da literatura existente associada à visão da equipe deste projeto interdisciplinar acerca do assunto em tela. O levantamento foi realizado, essencialmente, nas seguintes bases de dados: Legislação Federal e do Exército Brasileiro; trabalhos correlatos disponíveis na internet; além de artigos de eminentes estudiosos da área.

Palavras-Chave: Orçamento; Exército Brasileiro; Evolução; PROFORÇA.

Abstract. The subject “budget” is one of great importance to the Brazilian Army, because to be in the information age demands that the Ground Force to be a concise and modern force and integrated to society. Thus, in 2008, the National Development Strategy (END/2008) was launched, a document that guides the action of the State together with the Society, showing that National Defence is held in all social fields: political, economical, psychological, and mainly scientific-technological. The goal of this work is to analyze the evolution of the EB budget in the first decade of this century, through a budget comparison among Brazil and other countries, the budget implementation in frontier special squads (PEF) and the PROFORÇA as a transformation process of EB. The methodology used in

¹ Tenentes alunos do Curso de Formação do Quadro Complementar de Oficiais da turma de 2013.

this study is consolidated in the descriptive and comparative research, through the review of the existing literature related to the vision of this interdisciplinary project team about the issue in question. The survey was mainly conducted in the following databases: the Federal Legislation and the Brazilian Army's database; related works available on the internet as well as articles by eminent scholars in the field.

Keywords: Budget; Brazilian Army; Evolution; PROFORÇA.

1 Introdução

Este trabalho tem como tema principal a “A Evolução do Orçamento do Exército Brasileiro na Primeira Década do Século XXI e o impacto e repercussão futura nas atividades da Força Terrestre”. Encontra-se inserido na linha de pesquisa denominada “A Evolução do Orçamento do Exército Brasileiro na Primeira Década do Século XXI” e, para esta pesquisa, foi selecionado o foco em segurança nacional, analisando-se, portanto, o orçamento destinado à defesa nacional.

A análise realizada abrange o orçamento do Exército Brasileiro durante a primeira década do século XXI, perpassando pelo comparativo orçamentário entre Brasil e outras nações (2005-2010), verificando as áreas prioritárias para os orçamentos propostos e, por fim, apresentando o estudo de caso sobre os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), Projeto de Força (PROFORÇA) e a Estratégia Nacional de Defesa (END/2008), itens estes com a finalidade de perceber se houve a evolução ou involução orçamentária para o EB no período em estudo.

As ambições do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de

Segurança da ONU e os esforços do país para formar e liderar um grupo regional de defesa na América Latina fazem com que o governo federal, atualmente, esteja redirecionando sua atenção e investimentos à defesa nacional. Além disso, com um setor bélico forte, o país estaria se consolidando como líder em seu continente.

Para atingir as transformações necessárias e alcançar a “era da informação”, foram criados os Projetos Estratégicos do Exército, tendo como destaque o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), cuja missão é garantir a preservação do território nacional. Os recursos destinados a investimentos no EB ainda estão abaixo do necessário frente à dimensão e grandeza das ambições brasileiras no cenário geopolítico mundial, no entanto, este trabalho mostra que, simultaneamente às necessidades, houve também um crescimento expressivo no orçamento destinado à Força, colocando-nos em 1º (primeiro) lugar em gastos militares no contexto latino-americano.

Em consonância com esta tendência, o orçamento constitui um vetor mais do que determinante na implementação e efetivação de programas ligados às diretrizes da

Estratégia em estudo, de forma que se constatado, no decorrer deste trabalho, a evolução orçamentária nesta primeira década do século XXI, restará como viável essa dinâmica de adequação que o Exército Brasileiro está promovendo a fim de projetar internacionalmente o Brasil a uma promissora categoria de potência mundial belicamente preparada.

O trabalho que aqui se propõe se divide nas seguintes etapas: considerações acerca do emprego orçamentário do EB no período entre 2001-2010; comparativo orçamentário entre a Força terrestre brasileira e de outras nações; estudo econômico e ambiental do impacto dos pelotões de fronteira na região amazônica e, por fim, o estudo de caso sobre o PROFORÇA e a END/2008.

1.1 Primeiro cenário: o orçamento público

O orçamento público é “(...) um ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve realizar em um exercício” (Martins & Lino, 2011, p. 172). Trata-se de um importante instrumento de planejamento do poder público, pois é nele que o programa de atuação do governo estará expresso, discriminando a

origem e o montante dos recursos a serem obtidos (receitas) em confronto com o montante dos dispêndios a serem efetuados (despesas), ou seja, é o lugar onde se encontram a previsão da receita e a fixação da despesa que serão executados no exercício (ano) seguinte.

No que tange ao Exército Brasileiro, seu orçamento vem determinado através do orçamento do Ministério da Defesa (com dotações específicas) que, por sua vez, é parte do processo orçamentário da União.

Faz parte deste trabalho esmiuçar a seguir o conceito de defesa nacional – associada à Estratégia Nacional de Defesa – e as principais características do Orçamento do EB entre 2001-2010, para que se perceba nelas a ligação existente entre as estratégias de desenvolvimento da força e o orçamento do EB.

1.2 Segundo cenário: a defesa nacional

A Estratégia Nacional de Defesa (END/2008) proporcionou uma nova visão sobre os investimentos em Defesa Nacional, desdobrando-se, no EB, na Estratégia Braço Forte que

propunha reflexões sobre a Amazônia Protegida, o Combatente Brasileiro e a necessidade de adequação à era do conhecimento.

Cumpre, a seguir, analisar os gastos realizados pelo Exército Brasileiro na área de projetos de defesa nacional no primeiro quinquênio do século XXI, observando, principalmente, o impacto causado nesses projetos com a redução de recursos a partir do ano de 2003.

1.3 O orçamento do EB: um estudo de 2001-2005

O Brasil, apesar de manter-se como um dos 20 (vinte) países que mais fazem investimento em defesa, tem a maior parte de seu orçamento destinado ao pagamento de pessoal. Uma parte escassa, e ainda incipiente, é destinada ao investimento de capacidade combatente da Força Terrestre.

Na tabela 1, demonstram-se os valores repassados pelo Ministério da Defesa ao Comando do Exército entre os anos de 2001 a 2005.

Tabela 1 – Valores orçamentários de 2001-2005 destinados ao Exército Brasileiro

COMANDO DO EXÉRCITO	VALORES
2001	RS 25.708.000.000,00
2002	RS 25.821.000.000,00
2003	RS 19.507.000.000,00
2004	RS 19.291.000.000,00
2005	RS 20.198.000.000,00

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

No ano de 2001, o Comando do Exército recebeu o valor de R\$ 25.708.000.000,00 (vinte e cinco bilhões e setecentos e oito milhões de reais), registrando-se um pequeno aumento no ano de 2002 de R\$ 113.000.000,00 (cento e treze milhões de reais). Contudo, a partir do ano de 2003, verificou-se uma diminuição significativa de R\$ 6.314.000.000,00 (seis bilhões, trezentos e quatorze milhões de reais), representando 24,45% (vinte e quatro vírgula quarenta e cinco por cento) em relação ao ano de 2002. A diminuição perdurou em 2004, registrando-se 1,1% (um vírgula um por cento) a menos que no ano de 2003. No ano de 2005, apresentou-se um discreto aumento em relação ao ano de 2004 de 4,7% (quatro vírgula sete por cento).

Observa-se que, em média, 89% (oitenta e nove por cento) dos recursos do Exército recebidos do governo federal são para pagamentos de pessoal e encargos da Força Terrestre:

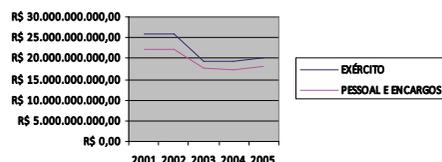


Gráfico 1 – Gráfico orçamentário dos gastos com pessoal de 2001-2005. Fonte: Livro Branco da Defesa Nacional (2012)

Conforme a tabela 2, os recursos destinados para investimentos são, em média, 1,5% (um vírgula cinco por cento) do montante total dos recursos do Exército. Comparando os anos de 2001 a 2005, observa-se uma queda nos anos de 2003, 2004 e 2005 em relação a 2001 e 2002. O período coincide com a redução orçamentária sofrida pelo Ministério da Defesa.

Tabela 2 – Gráfico orçamentário dos investimentos feitos pelo EB de 2001-2005

	EXÉRCITO	INVESTIMENTOS	%
2001	R\$ 25.708.000.000,00	R\$ 482.000.000,00	2%
2002	R\$ 25.821.000.000,00	R\$ 611.000.000,00	2%
2003	R\$ 19.507.000.000,00	R\$ 201.000.000,00	1%
2004	R\$ 19.291.000.000,00	R\$ 267.000.000,00	1%
2005	R\$ 20.198.000.000,00	R\$ 198.000.000,00	1%

Fonte: Livro Branco da Defesa Nacional (2012)

Embora haja a crítica pela insuficiência dos gastos com Defesa Nacional, os orçamentos no período de 2001 a 2005, como se vê, tiveram constante aumento percentual com base no valor percebido pelo Ministério da Defesa. No mesmo sentido, não obstante os repasses ao Comando do Exército tenham sofrido queda nos anos de 2003 e 2004, os gastos do Exército com a Defesa Nacional apresentaram um constante crescimento no período de 2001 a 2005.

Observa-se que tanto no âmbito do Ministério da Defesa quanto no Exército, os valores de gastos com a defesa aumentaram ou percentualmente ou de forma absoluta. Entretanto, essa análise não leva automaticamente à conclusão

de que a Defesa Nacional é um setor priorizado, tendo em vista que há uma dificuldade em se compreender os gastos militares brasileiros, devido à ausência de um orçamento consolidado para a defesa.

1.4 Um panorama incipiente: uma análise de 2006-2010

No ano de 2006, o Exército Brasileiro recebeu cerca de R\$ 22.457.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quatrocentos e cinquenta e sete milhões), o que representou 46,16% do orçamento do Ministério da Defesa. Este montante foi destinado aos órgãos subordinados, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Valores recebidos do MD em 2006

ÓRGÃO SUBORDINADO	VALOR RECEBIDO	%
COMANDO DO EXÉRCITO	22.703.000.000,00	96,64%
FUNDAÇÃO OSÓRIO	10.000.000,00	0,04%
FUNDO DO EXÉRCITO	744.000.000,00	3,31
TOTAL	22.457.000.000,00	-

Fonte: Livro Branco da Defesa Nacional (2012)

A distribuição do orçamento pelos diferentes grupos de despesa ocorreu conforme tabela 4.

Tabela 4– Grupos de despesas de 2006

GRUPO DE DESPESAS	VALOR	%
CUSTEIO	2.052.000.000,00	9,14%
INVESTIMENTOS	292.000.000,00	1,30%
OUTROS	66.000.000,00	0,29%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.047.000.000,00	89,27%
TOTAL	22.457.000.000,00	-

Fonte: Livro Branco da Defesa Nacional (2012)

Observando a tabela 4, destaca-se o alto valor comprometido com o pagamento de pessoal e encargos sociais, representado quase 90% do total do orçamento. Destaca-se, ainda, o baixo percentual de investimentos, que começará a crescer lentamente a partir deste período. Em relação às receitas, no ano de 2006, o Exército arrecadou cerca de R\$ 4.982.000.000,00, representado aproximadamente 16% do total arrecadado pelo Ministério da Defesa.

Em 2007, o valor total recebido pelo Exército Brasileiro foi de R\$ 23.457.000.000,00 (vinte e três bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões). Esse valor representou 44,88% do orçamento do Ministério da Defesa, caracterizando, portanto que, apesar do valor recebido em 2007 ter sido superior ao recebido no ano de 2006, em valores percentuais ocorreu uma redução na parte destinada ao Exército.

O valor total recebido foi distribuído para os órgãos subordinados, praticamente mantendo os padrões do ano anterior, conforme tabela 5.

Tabela 5 – Valores recebidos do MD em 2007

ÓRGÃO SUBORDINADO	VALOR RECEBIDO	%
COMANDO DO EXÉRCITO	22.470.000.000,00	96,75%
FUNDAÇÃO OSÓRIO	11.000.000,00	0,05%
FUNDO DO EXÉRCITO	744.000.000,00	3,20%
TOTAL	23.225.000.000,00	-

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

A distribuição entre os diferentes grupos de despesas ocorreu como demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 – Grupo de despesas de 2007

GRUPO DE DESPESAS	VALOR	%
CUSTEIO	2.076.000.000,00	8,94%
INVESTIMENTOS	412.000.000,00	1,77%
OUTROS	41.000.000,00	0,18%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.696.000.000,00	89,11%
TOTAL	22.457.000.000,00	-

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

Pode-se observar que houve pouca mudança em relação ao ano anterior, mantendo-se um percentual elevado destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais e um baixo percentual de investimento. No entanto, já se vislumbra um acréscimo de 0,47% no percentual destinado aos investimentos, o que corresponde a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões). Em relação às receitas, o montante total arrecadado foi de R\$ 891.000.000,00, representando aproximadamente 18% do total arrecado pelo Ministério da Defesa, significando um aumento de quase 2% em relação ao ano anterior.

Em 2008, o percentual destinado ao Exército Brasileiro em relação ao total recebido pelo Ministério da Defesa foi de 46,06%, caracterizando um aumento de aproximadamente 2% em relação ao ano anterior e totalizando R\$ 24.090.000.000,00 (vinte e quatro bilhões, noventa milhões).

Tabela 7 – Valores recebidos do MD em 2008

ÓRGÃO SUBORDINADO	VALOR RECEBIDO	%
COMANDO DO EXÉRCITO	22.470.000.000,00	96,75%
FUNDAÇÃO OSÓRIO	11.000.000,00	0,05%
FUNDO DO EXÉRCITO	744.000.000,00	3,20%
TOTAL	23.225.000.000,00	-

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

Da mesma forma, em 2008, houve pequenas alterações na divisão do orçamento pelos diferentes grupos de despesa, como demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 – Grupo de despesas de 2008

ÓRGÃO SUBORDINADO	VALOR RECEBIDO	%
COMANDO DO EXÉRCITO	22.470.000.000,00	96,75%
FUNDAÇÃO OSÓRIO	11.000.000,00	0,05%
FUNDO DO EXÉRCITO	744.000.000,00	3,20%
TOTAL	23.225.000.000,00	-

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

A receita arrecadada no período foi menor em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões), representando aproximadamente 15% do total arrecadado pelo

Ministério da Defesa.

Em 2009, houve um aumento significativo na arrecadação de receitas, representando o marco desse novo e incipiente panorama, com mais de 19% do total arrecadado pelo Ministério da Defesa, o que representa um acréscimo de 12% no orçamento do Ministério da Defesa em relação ao ano anterior, tendo o orçamento destinado ao Exército aumentado 10% em relação ao ano de 2008. Destaca-se que durante todo o período analisado, quais sejam os anos de 2006 a 2010, no ano de 2009, o crescimento citado acima foi o de maior expressão.

O valor total destinado ao Exército foi dividido entre os órgãos subordinados conforme tabela 9.

Tabela 9 – Valores recebidos do MD em 2009

ÓRGÃO SUBORDINADO	VALOR RECEBIDO	%
COMANDO DO EXÉRCITO	25.367.000.000,00	95,75%
FUNDAÇÃO OSÓRIO	11.000.000,00	0,04%
FUNDO DO EXÉRCITO	899.000.000,00	3,39%
IMBEL	215.000.000,00	0,81%
TOTAL	26.492.000.000,00	-

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

A aplicação dos valores nos diferentes grupos de despesa ocorreu conforme o apresentado na tabela 10.

Tabela 10 – Grupos de despesa de 2009

GRUPO DE DESPESAS	VALOR	%
CUSTEIO	2.642.000.000,00	9,97%
INVESTIMENTOS	725.000.000,00	2,74%
OUTROS	4.000.000,00	0,02%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.121.000.000,00	87,28%
TOTAL	26.492.000.000,00	-

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

Observando-se a tabela 10, constata-se que, apesar do crescimento do orçamento, a distribuição entre os órgãos subordinados e a aplicação nos grupos de despesa não sofreram grandes alterações, mantendo-se o padrão adotado nos anos anteriores.

Em 2010, o orçamento do Exército cresceu aproximadamente 7%, totalizando R\$ 28.218.000.000,00, enquanto o orçamento total do Ministério da Defesa cresceu em torno de 10%. Mais uma vez, este valor foi dividido entre os órgãos subordinados seguindo-se os padrões adotados nos anos anteriores, conforme tabela 11.

Tabela 11 – Valores recebidos do MD em 2010

ÓRGÃO SUBORDINADO	VALOR RECEBIDO	%
COMANDO DO EXÉRCITO	27.101.000.000,00	96,04%
FUNDAÇÃO OSÓRIO	12.000.000,00	0,04%
FUNDO DO EXÉRCITO	898.000.000,00	3,18%
IMBEL	207.000.000,00	0,73%
TOTAL	28.218.000.000,00	-

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

Em relação aos grupos de despesa, mais uma vez mantendo-se os padrões de anos anteriores, o orçamento foi assim dividido (tabela 12):

Tabela 12 – Grupos de despesa de 2010

GRUPO DE DESPESAS	VALOR	%
CUSTEIO	3.056.000.000,00	10,83%
INVESTIMENTOS	952.000.000,00	3,37%
OUTROS	-	0,00%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.210.000.000,00	85,80%
TOTAL	28.218.000.000,00	-

Fonte: *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012)

Neste período, as receitas arrecadadas praticamente mantiveram o mesmo padrão de 2009, representado aproximadamente 19% do total arrecadado pelo Ministério da Defesa, totalizando R\$ 1.094.000.000,00.

Após análise dos dados apresentados, observou-se que, durante o período considerado, do total de recursos destinados ao Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro recebeu em média 45% e foi responsável por aproximadamente 17% do total das receitas arrecadadas.

Foi possível constatar que um alto percentual do orçamento do Exército Brasileiro, aproximadamente 88%, foi destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais. Observou-se ainda que durante todo o período analisado, os investimentos totalizaram R\$ 2.898.000.000,00, o que representa pouco mais de 2% do total dos recursos destinados ao Exército Brasileiro.

2 A evolução ou involução orçamentária do EB: a 1ª década do século XXI

Analisando-se as despesas do Exército na primeira década do

século XXI, é possível observar algumas tendências para a destinação do orçamento disponibilizado pelo Tesouro Nacional. Esta realidade é observada no destino dos recursos no último ano do período em tela, onde aproximadamente 86% desses recursos foram destinados às despesas com pessoal e encargos sociais, 11% às despesas de custeio e apenas 3% dos recursos aos investimentos.

A baixa percentual de recursos destinados aos investimentos reflete que se prioriza o pagamento de salários e pensões aos militares da ativa, inativos e pensionistas, em detrimento a aspectos relativos ao preparo e treinamento das tropas, manutenção dos equipamentos e instalações, refletidos nos baixos valores relativos direcionados ao custeio, bem como com a visão de futuro e os projetos da Força, refletidos em seus investimentos.

Infere-se, diante da análise realizada no decorrer deste estudo, que os gastos com investimentos estão ainda inferiores aos requeridos para implementar os projetos prioritários para a defesa nacional. Para se efetuar a transformação da defesa, dentro das vertentes indicadas nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END/2008), há necessidade de incrementar os gastos com investimentos.

Convém ressaltar a necessidade de se aumentar as despesas com custeio em função das maiores demandas de manutenção com a aquisição dos novos equipamentos e em decorrência dos custos atrelados à modernização da Força.

Inquestionável, portanto, é a necessidade de se realizar estudos e políticas públicas que direcionem o país a investir mais em programas de defesa, dado às constatações de que os investimentos nesse setor correspondem a uma demanda bastante inferior à necessária para manter as Forças Armadas brasileiras com capacidade tecnológica e humana compatível com as dimensões do país.

Indubitavelmente, já é perceptível a mudança de postura do Ministério da Defesa diante da necessidade de se requerer investimentos para as bases da defesa nacional para nossa época e para o futuro, posto que, ao compartilhar com a sociedade e com os governantes as percepções e interesses nacionais no campo da defesa, o Ministério da Defesa busca assegurar a compreensão das motivações e finalidades do instrumento militar.

Foi observado também que a estrutura orçamentária de gastos

com a Defesa é variável de país para país. Para melhor esclarecer este cenário, a seguir comparou-se o gasto mundial com defesa a fim de visualizar a posição da Força Terrestre no cenário mundial.

3 Comparativo orçamentário entre a Defesa Nacional Brasileira e a Defesa de outras nações

Segundo o Instituto de Pesquisa da Paz Internacional de Estocolmo (SIPRI), os gastos militares são toda quantidade de capital despendida pelas Forças Armadas, incluindo o gasto com pessoal, operações, manutenção, pesquisa e desenvolvimento militar.

Diante dos dados estudados, verifica-se a baixa relevância dos gastos militares na América do Sul em relação ao contexto mundial e, simultaneamente, verifica-se um aumento de 50% ao longo da última década, o que ratifica o retardamento já apontado da década de 1980, que é decorrente da implantação do neoliberalismo no continente, causas históricas, entre outras. Apesar deste aumento, o continente sul-americano permanece com baixos índices de investimento quando comparado aos demais continentes.

No que se refere à América do Sul, Brasil, Colômbia e Chile lideram, no valor total, o ranking dos países que mais investem dinheiro em defesa, sendo desses o Brasil o que mais aumentou os seus gastos militares apresentando uma variação positiva de aproximadamente 44% no período compreendido entre 2005 e 2010. O Brasil, em relação a aumento, apresentou a variação de 44%, sendo o 1º país em valores totais, mas sendo também o 3º país no que se refere a percentual de aumento entre 2005-2010, permanecendo atrás do Equador e da Argentina.

Segundo o SIPRI, de 2000 a 2008, os gastos militares representaram, em média, 2,5% do PIB mundial. O Brasil está abaixo da média mundial oscilando entre 1,5% e 1,6% no período de 2005-2010, embora em termos absolutos, esteja entre os 15 (quinze) que mais despendem recursos com defesa.

Grande parte desses recursos é destinada ao pagamento de pessoal, representando 75% dos recursos fornecidos pelo Governo Federal. Já o custeio refere-se às despesas correntes com alimentação, manutenção, fardamento e adestramento das tropas e representa 13% dos gastos apresentados, restando, portanto,

11% para investimentos. Esses números representam os dados do Ministério da Defesa e, assim, deve-se considerar que é ainda menor o percentual correspondente ao Exército Brasileiro, em específico.

Assim, embora o Ministério da Defesa tenha recebido mais recursos financeiros ao longo da última década, existe uma dificuldade estrutural de se implementar programas de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas e de se efetuar investimentos de longo prazo no setor, por causa do alto custo com pessoal e custeio nas instituições militares.

Em 2008, o Brasil lançou a Estratégia Nacional de Defesa – END, que entre outras propostas, buscou direcionar o orçamento da defesa para investimentos em modernização e contar com o engajamento social para alcançar os objetivos propostos. No entanto, os investimentos no setor corresponderam a valores menores do que 4% em 2010.

É válido ressaltar que o Brasil ambiciona uma cadeira permanente na ONU e estar em destaque no próprio cenário mundial. Para tal, um dos requisitos é o equilíbrio com o teto-padrão proposto pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) de 40% de gastos com pessoal, enquanto o Brasil continua com o padrão de 75%.

A indagação a que este trabalho chega é: há o excessivo gasto com pessoal por se tratar de 75% do orçamento destinado ao EB anualmente ou o orçamento gasto pela força terrestre, fornecido pelo Ministério da Defesa, é insuficiente? Diante do exposto, é possível verificar que não há inadequações em se ter 80% de gastos com pessoal, ou seja, o valor sobre o qual este percentual incide é que precisa ser corrigido. A política atual dirige-se, principalmente, ao corte de efetivo, quando a solução que se propõe não é esta, mas sim o aumento do orçamento destinado às Forças Armadas.

Assim, é mister concluirmos que a solução eficaz, não necessariamente acessível e simples, é o aumento do aporte orçamentário para um Exército responsável pela proteção de 15.735 Km de fronteiras terrestres e pela garantia da lei e da ordem em uma população de cerca de 196.655.014 milhões de pessoas¹, pois se trata de uma instituição nacional, permanente, regular e essencial à execução da política de segurança nacional, conforme prescreve a Lei nº 6.880, de 9 de Dezembro de 1980.

4 O PROFORÇA e os Pelotões de Fronteira (PEF): dois estudos de caso

4.1 O PROFORÇA: a missão de transformação do EB

Considerando as limitações orçamentárias, o PROFORÇA (Projeto de Força) trabalha com a estrutura organizacional, articulação, equipamento, logística e preparo da Força. Tal Projeto delineará o perfil do Exército nos horizontes de 2015, 2022 e 2030.

O PROFORÇA é o caminho para a difícil e desafiadora missão de transformação do Exército Brasileiro. Uma vez determinado o que se pretende e definidos os meios que serão utilizados para alcançar tal transformação, foram criados os Projetos Estratégicos do Exército (PEE) cujos produtos serão os indutores do Processo de Transformação da Força. Um desses produtos é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que carrega todos os demais projetos.

O SISFRON é um dos destaques dentre os Projetos Estratégicos do Exército. O sistema permitirá o monitoramento, controle e atuação nas fronteiras terrestres,

contribuindo para a inviolabilidade do território nacional, para a redução dos problemas advindos da região fronteira e para fortalecer a interoperabilidade, as operações interagências e a cooperação regional.

A criação do SISFRON contempla, ainda, a implantação de novas estruturas organizacionais: Centro de Monitoramento de Fronteiras, Centros Regionais de Monitoramento e Centros Regionais de Interação.

4.2 Os Pelotões de Fronteira (PEF): a transformação efetiva da realidade Amazônica

Para atendimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END/2008), Exército, Marinha e Aeronáutica necessitam adensar a presença de suas unidades nas regiões de fronteira. Dentre os projetos pelos quais o Exército é responsável, pode-se citar o SISFRON e o Projeto de Defesa Cibernética.

A efetividade do SISFRON baseia-se no trinômio que o compõe: monitoramento e controle das regiões de fronteira, a presença da Força Terrestre, bem como sua mobilidade. A presença da Força Terrestre nas áreas de fronteira é

dada pela existência dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).

Outro item das diretrizes da END/2008 realça a necessidade de se priorizar a presença das Forças Armadas na região amazônica. O objetivo deste destaque, além de manter a onipresença, através do trinômio do SISFRON, é reafirmar a soberania do Brasil perante o território Amazônico, não permitindo que organizações estrangeiras se beneficiem das propriedades que a Amazônia oferece ao país ou mesmo que tentem interferir nas decisões relativas à preservação, desenvolvimento e defesa da região.

Os 21 (vinte e um primeiros) PEF existentes estão localizados dentro do Comando Militar da Amazônia (CMA), atendendo às necessidades de focalização de projetos nessa região. Esses pelotões estão localizados pela fronteira amazônica, estando preparados para situações adversas, tais como invasões estrangeiras, detecção e acompanhamento de movimentação suspeita, defendendo o território e aumentando a segurança dessas regiões.

A fiscalização ostensiva nas fronteiras é capaz de coibir crimes transnacionais, tais como contrabando de produtos e de

¹ Fonte: Banco Mundial – 2011

animais, sonegação de impostos, entrada ilegal de imigrantes, biopirataria na Amazônia e outros capazes de afetar diretamente o setor econômico do país.

4.2.1 A questão Ambiental

No que tange às consequências dos PEF localizados nas regiões de fronteira, considerando a preservação do meio ambiente, pode-se observar que a simples presença destes inibe a invasão territorial, que resulta no desmatamento das áreas da Amazônia, consequência, por muitas vezes, da exploração dos bens naturais da região.

É fato que o desmatamento e exploração dos bens naturais da região amazônica têm contribuído para a redução da área de mata nativa do país. As consequências desse desmatamento aumentam o aquecimento global, com o crescimento da emissão do gás carbônico gerado pela derrubada de árvores, e geram impacto no regime pluviométrico de diversas regiões, considerando que a região amazônica é responsável pela geração de chuvas nesta e em outras regiões.

Segundo o blog do Greenpeace (organização não-

governamental em favor da preservação da biodiversidade), 17% da área da Amazônia, 720 mil quilômetros quadrados, foi desmatada até o ano de 2008, ainda que, entre agosto de 2011 e julho de 2012, segundo notícia do site G1, esse desmatamento tenha tido o menor índice já registrado, desde as primeiras medições, com uma área total de 4571 Km² (quatro mil quinhentos e setenta e um quilômetros quadrados).

Vale ressaltar, contudo, que este avanço ainda não é considerado suficiente para que deixemos de nos preocupar com o meio ambiente na Amazônia, visto que a situação ideal seria a ausência completa de desmatamento na área.

5 Conclusão

Conforme apresentado neste trabalho, o emprego de projetos se faz altamente eficiente, pois torna possível o planejamento e o contínuo monitoramento dos resultados a serem atingidos pela Força Terrestre permitindo, assim, o alcance do objetivo maior, que é o Brasil despontar como destaque no cenário mundial e alcançar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Com a elaboração e implantação da END/2008 (Estratégia Nacional de Defesa), em que o Exército percebe a necessidade de uma reestruturação interna que o possibilite dispor de capacidade compatível com os interesses do governo, visualizou-se o PROFORÇA, proposta esta que engloba os projetos que visam à evolução do Exército Brasileiro nos seguintes aspectos: formação, aprimoramento, reestruturação, reaparelhamento e aumento da presença da força no território nacional.

O alcance do sucesso desta estratégia está diretamente ligado a uma proposta orçamentária eficiente e regular, que cubra as necessidades desses investimentos em seu planejamento de longo prazo.

Durante a primeira década do século XXI, há que se falar em uma incipiente evolução orçamentária do Exército, pois os recursos recebidos em 2010 foram praticamente os mesmos de 2001. No entanto, analisando qualitativamente o período em destaque, tem-se cerca de 85% dos recursos da década destinados ao pagamento de pessoal e encargos e aproximadamente 2% disponibilizados para investimentos, que, apenas em 2009, tiveram um aumento significativo devido aos

projetos previstos na END/2008. Esta diferença de valores gastos em cada natureza de despesa afeta diretamente o planejamento da força para expansão de suas atividades. Porém, mesmo não apresentando uma notória evolução orçamentária nos primeiros dez anos do século XXI, o Brasil é o país que mais investe em defesa no continente sul-americano. Uma explicação para isso pode ser seu interesse em ganhar representatividade junto à ONU. Contudo, cabe ressaltar que boa parte dos recursos está relacionada a gastos com pessoal e encargos.

Um ponto a ser considerado é que com o aumento dos investimentos, o percentual do orçamento voltado para o pagamento de pessoal e encargos foi sendo reduzido, chegando ao ano de 2012 em 88% (oitenta e dois por cento). Pode-se observar, então, que o valor reduzido de recursos para os projetos estratégicos afeta diretamente o alto percentual voltado para o pessoal. Consequentemente, com o aumento desses investimentos, os créditos de pessoal continuarão caindo em relação ao total do orçamento.

Esse aumento dos créditos orçamentários destinados a investimentos resultou, principalmente, da política de

inserção dos projetos estratégicos, definidos pela Estratégia Nacional de Defesa, no ano de 2008. Ou seja, o baixo valor observado para os investimentos da Força se devia exatamente a ausência de propostas estratégicas no Exército Brasileiro.

Sob outra perspectiva de estudo, as últimas informações evidenciam um gasto bastante alto com pessoal e uma pequena parcela restante com investimentos. Dessa forma, levanta-se uma questão muito importante sobre os gastos com pessoal nas Forças Armadas, onde se questiona, levando-se em conta os percentuais a que se destinam as despesas, se são altos os gastos com pessoal ou se os investimentos é que não são constantes e suficientes.

Mesclando tal situação com o contexto apresentado neste trabalho, pode-se concluir que, inicialmente, os investimentos destinados aos projetos estratégicos, bem como ao Exército Brasileiro como um todo, irão aumentar percentualmente em relação ao gasto de pessoal. Isso se dá porque o total do efetivo não é alterado para a implantação de novas unidades e projetos, ocorrendo, isso sim, o deslocamento da tropa para suprir a necessidade do cumprimento da missão. Contudo, com o passar dos anos, estes investimentos já

estarão esgotados e seu percentual será reduzido em contrapartida às despesas de custeio e pessoal com propósito de manutenção dessas atividades.

Como forma de evidenciar as necessidades e a importância dos investimentos no Exército Brasileiro, pode-se apontar a visão do PROFORÇA, que engloba o SISFRON, importante projeto que amplia a operacionalidade da Força Terrestre. Dentro do SISFRON, aponta-se ainda para a existência dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), que têm seu número aumentado de modo a abranger a região fronteira de forma mais eficaz. Verifica-se, então, uma grande contribuição da Instituição em mais de um setor da sociedade, que somente são observados por aqueles que conhecem a finalidade institucional do Exército e que têm informações a respeito das atividades realizadas. A Força Terrestre não é geradora de riqueza direta, seu orçamento é voltado para o pagamento de pessoal e outra pequena parcela em investimentos e custeio. Com isso, para que seja mensurado o retorno desses créditos para a sociedade, deve-se ter uma criteriosa análise para a rentabilidade, ou melhor, o resultado atingido pelo Exército Brasileiro.

Contudo, decisões políticas e fatores econômicos podem influenciar negativamente no desenvolvimento e na execução dos cronogramas dos projetos. Anualmente, são realizados contingenciamentos e cortes de recursos pelo governo federal com o intuito de manter o equilíbrio das contas públicas, porém esses mecanismos reduzem os créditos repassados aos órgãos e, como consequência, geram redução dos investimentos em diversos programas, afetando o planejamento e também aumentando os custos de realização dos projetos.

Diante do cenário em tela, e na tentativa de atenuar esses problemas, o Comando do Exército vem trabalhando junto ao governo sobre a possibilidade de inclusão de alguns projetos estratégicos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), já que os recursos destinados ao PAC não sofrem contingenciamento. O Exército quer, com isso, manter o planejamento de curto e médio prazo, bem como obter os resultados esperados com a realização dos projetos dentro dos cronogramas iniciais previstos até 2031.

Esta conjuntura, brevemente exposta acima, é extremamente relevante a fim de que seja possível

a continuidade dos projetos que já se encontram em andamento, preocupação esta que deve ser mantida até que tais projetos sejam concluídos, fazendo parte da ideia do ciclo de planejamento e monitoramento dos resultados dos projetos.

Ao fim e ao cabo, é essencial que seja considerada a importância de trabalhar com projetos, bem como a de estudar os impactos que estes nos trazem em diversos setores da sociedade, de forma a atingir os objetivos imediatos, relacionados aos resultados aspirados pelo projeto em si, e os objetivos finais, normalmente de longo prazo, que estão relacionados com o governo vigente do país. Nesse contexto, vale ressaltar mais uma vez a importância do orçamento voltado para os investimentos, de forma a permitir a continuidade dos projetos estratégicos da Força Terrestre.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **É preciso mais dinheiro para investir na Defesa Nacional.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional>>. Acesso em: 17/05/2013.

ÁLVARES, D. **No Senado, Amorim pede mais recursos para Defesa.** Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not265012.shtm>>. Acesso em: 17/05/2013.

ARAÚJO, I; ARRUDA, D; BARRETO, P.H. **O Essencial da Contabilidade Pública.** 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ALSINA JR., J.P.S. **Política externa e política de defesa no Brasil.** Brasília: Editora Câmara dos Deputados, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

BLOG DEFESA. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em 15/04/2013.

BORGES, A. **Militares querem incluir projetos de defesa no PAC.** Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br>>. Acesso em: 11/08/2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional.** Acessado em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/>

mes07/lbndn.pdf>. Acesso em: 10/04/2013.

_____. _____. **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil.** Brasília: Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/legisla/>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

CARVALHO Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: AMPUS, 2010.

CORREIO DO ESTADO. **Equipamentos para monitorar a fronteira começam a chegar em 2013.** Disponível em: <www.douradinanews.com.br>. Acesso em: 16/08/2013.

COVARRUBIAS, J. G. Três **Pilares de uma Transformação Militar.** Military Review, p. 16-24, nov./dez. 2007.

DANZIATO, Inácio. Aspectos políticos do orçamento de defesa. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (ENEE), 2008. **Anais eletrônicos.** Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.unifa.aer.mil.br/enee>>. Acesso em: 10/06/2013.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Manual do Processo de Transformação do Exército.** 3. ed., 2010.

_____. Comando de Fronteira Rio Negro e 5º Batalhão de Infantaria de Selva. Disponível em: <<http://www.cfrn5bis.eb.mil.br/>>. Acesso em: 15/04/2013.

_____. Confiança nas Instituições. Reportagem do dia 02/01/2013. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/imprensa/resenha>>. Acesso em: 13/04/2013.

_____. Projetos Estratégicos. Indutores da Transformação do Exército. In: **Revista Verde-Oliva.** Ano XL, n.217. Exército Brasileiro.

_____. **Extrato do Documento do Proforça.** Disponível em: <www.exercito.gov.br>. Acesso em: 01/05/ 2013.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa.** Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/END2012.pdf>>. Acesso em: 13/04/2013.

FLORES, M.C. **Reflexões estratégicas: repensando a defesa.** São Paulo: Realizações, 2002.

GALANTE, A. **Lançamento do PROFORÇA.** Portal Forças Terrestres. Disponível em: <www.forte.jor.br>. Acesso em: 16/08/2013.

GIACOMONI, James. Bases normativas do plano plurianual: análise das limitações decorrentes da ausência de lei complementar. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 79- 91, jan./fev. 2004.

GOVERNO DE ALAGOAS. Secretaria de Estado da Fazenda. Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. Disponível em <http://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/financeira/federal/MANUAL_REC_NACIONAL.pdf> . Acessado em: 03/06/2013.

GOVERNO FEDERAL. **Orçamentos da União Exercício Financeiro 2013.** Volume IV.

Tombo II. Brasília, DF. 2012.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

HEYE, Thomas. **Os determinantes políticos dos gastos militares no pós-guerra fria**. 2005. 181f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. *Apud* MATOS, Patrícia de Oliveira. **Orçamento e defesa nacional: uma análise da participação do setor defesa no orçamento federal de 2000 a 2009**. In: III seminário de Estudos: Poder Aeroespacial e Estudos de Defesa. Disponível em: < https://www.unifa.aer.mil.br/seminario3_pgrad/trabalhos/patricia-de-oliveira-matos.pdf>. Acesso em: 10/06/2013.

JUNGMANN, Raul. Aspectos políticos do orçamento de defesa. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (ENEE), 2008. **Anais eletrônicos**. Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.unifa.aer.mil.br/enee>>. Acesso em: 10/06/2013.

LARABURU, P. R. **A compra de sistema de defesa antiaéreo e o**

prestígio da inserção internacional do Brasil. Portal Forças Terrestres. Disponível em: <<http://www.forte.jor.br/2013/03/24/>>. Acesso em: 10/04/2013.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia** – Tradução da 3ª Edição Norte-Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARTINS, Lino da Silva. **Contabilidade Governamental**. 9. Ed. São Paulo: Atlas 2011.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Orçamento e defesa nacional: uma análise da participação do setor defesa no orçamento federal de 2000 a 2009**. In: III seminário de Estudos: Poder Aeroespacial e Estudos de Defesa. Disponível em: <https://www.unifa.aer.mil.br/seminario3_pgrad/trabalhos/patricia-de-oliveira-atos.pdf>. Acesso em: 10/06/2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2.ed. Brasília, 2008.

Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Receita Nacional: Aplicado à União, estados, Distrito Federal e Municípios**. 1. ed. –

Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. Disponível em: <http://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/financeira/federal/MANUAL_REC_NACIONAL.pdf>. Acesso em: 03/06/2013.

MORAES, Marco C. A Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União. In: **Revista das Ciências Militares**. n. 21. Rio de Janeiro: ECEME, 2010.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. 1. Ed. Brasília, 2009.

PASCOAL, V. **Direito Financeiro e Controle Externo**. 8.ed. São Paulo: Elsevier, 2002.

PISCITELLI, R. B.; ROSA, M. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade Pública - Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 10. Ed. São Paulo: Atlas 2009.

PORTAL AMAZÔNIA. Disponível em: <www.portalamazonia.com.br>. Acesso em: 15/04/2013.

RECEIRA FEDERAL. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 06/06/2013.

RIPPEL, Márcio Pereira. **O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas consequências**. Marinha do Brasil: Escola de Guerra Naval, 2004.

SENADO FEDERAL. Recursos no Orçamento do país para Defesa: investimentos e gastos com serviços nas Forças Armadas. **Jornal Em Discussão**. Disponível em: <<http://www.senad.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO>>. Acesso em: 14/04/2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

SIPRI. **Sources and Methodology for SIPRI military expenditure data**. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database/definitions>. Acesso em 20/05/2013.

SOUSA JR; & FREIRE. **Orçamento e Contingenciamentos: Potencialização dos Impactos negativos e Fragilização da Defesa Nacional**. Universidade da Força Aérea, (s/d).

STOCHERO, Tahiane. 'Em transformação', Exército planeja estar totalmente equipado em 10 anos. **Portal G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/em-transformacao-exercito-planeja-estar-totalmente-equipado-em-10-anos.html>>. Acesso em: 13/04/2013.

SUPER INTERESSANTE. Disponível em: <<http://super.abril.com.br>>. Acesso em: 06/06/2013.

CARTAZ COMO ARMA DE GUERRA

Marcus de Andrade Monteiro de Barros ¹

Resumo. A utilização do cartaz como arma comunicacional de guerra é o tema do presente artigo e seu objetivo é demonstrar, não só a importância dessa utilização, mas também que, mesmo após a revolução digital, o cartaz ainda pode ser uma arma capaz de potencializar atitudes desejáveis em determinado público-alvo, inserido em um contexto de ameaça ou existência de emprego militar em conflitos armados, através da persuasão, dissuasão e informação (evidenciando algumas de suas características gráficas e comunicacionais). Para tal se fez necessário a pesquisa bibliográfica e a análise de fontes primárias, através de cartazes históricos, principalmente, do período da 1^o e 2^a Guerras Mundiais, além de outros exemplos mais recentes. O tema se justifica, pois a comunicação social e as operações psicológicas vêm conquistando cada vez mais importância, dentro das forças armadas, e o cartaz é veículo, historicamente, bastante utilizado seja em tempos de paz ou de guerra. Além disso, a percepção do ser humano acompanha os avanços tecnológicos e como a percepção está, intimamente, ligada à comunicação, é interessante observar se meios de comunicação, como o cartaz, ainda podem ser utilizados com eficiência. Como conclusão é possível perceber a comprovação dos objetivos propostos e, também, outras contribuições a cerca do tema, como diferenças e semelhanças entre os cartazes produzidos pelos dois lados das duas Grandes Guerras, e que a análise do cartaz de guerra pode enriquecer o estudo e o aprendizado da história.

Palavras-Chave: Comunicação Social, Operações Psicológicas, Guerra.

Abstract. The use of posters as a war weapon is the subject of this article. And the purpose is to demonstrate not only importance of the use, but also that, even after the digital revolution, posters still be a weapon capable of enhancing attitudes desirable in certain audience, inserted in a context of threat or existence of military use in armed conflict, through persuasion, dissuasion and information (Putting in perspective some graphical and communicational features). Thus it was necessary a bibliographic research and analysis of primary sources through historic posters, mainly from the period of the 1st and 2nd World Wars, as well as other more recent examples. The subject is justified because the public relations and psychological operations are gaining increasing importance within the military, and poster is historically quite vehicle is used in times of peace or war. Furthermore, the perception of human accompanies technological advances